

IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: MULHERES ENQUANTO IMPULSIONADORAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GENDER EQUALITY AND THE CONSTRUCTION OF SUSTAINABILITY: WOMEN
AS DRIVERS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Kimberly Farias Monteiro¹
Rosângela Angelin²

RESUMO

Inúmeras catástrofes ambientais já ocasionadas ao longo dos anos, despertaram na sociedade mundial a necessidade da construção de um pensamento coletivo com o objetivo de impulsionar o estabelecimento de ações e programas e a criação de documentos em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, evitando que novos desastres venham a ocorrer, através da participação incisiva e efetiva dos indivíduos. Para que seja possível ocorrer tal atuação, o presente trabalho parte da ideia de que, apenas tornar-se-á possível o alcance de sociedades mais sustentáveis através da participação de todos os indivíduos nos processos decisórios, sem discriminações, abarcando, assim, a necessidade da promoção da igualdade de gênero e o empoderamento feminino, para possibilitar que as mulheres também participem livre e ativamente das ações e decisões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Para desenvolver a presente pesquisa, utilizar-se-á o método dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica. Em um primeiro momento, analisar-se-á a conceituação e historicização do termo gênero, bem como o reconhecimento da igualdade de gênero em documentos internacionais, ações e programas. Em um segundo momento, analisar-se-á o papel da mulher enquanto impulsionadora do desenvolvimento sustentável, sobretudo, através de sua participação durante algumas das principais conferências ambientais ocorridas nos últimos anos.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero. Mulheres. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Countless environmental catastrophes already caused over the years, awakened in world society the need to build a collective thinking with the objective of boosting the establishment of actions

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Programa de Pós-Graduação, Doutorado em Direito e Multiculturalismo. Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: kimberlyfmonteiro@aluno.santoangelo.uri.br

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Programa de Pós-Graduação, Doutorado em Direito e Multiculturalismo. Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rosangela@san.uri.br

and programs and the creation of documents in favor of the environment and sustainable development, preventing new disasters from occurring through the incisive and effective participation of individuals. In order to make this action possible, the present work is based on the idea that it will only become possible to reach more sustainable societies through the participation of all individuals in decision-making processes, without discrimination, thus covering the need the promotion of gender equality and female empowerment, to enable women to participate freely and actively in social, economic, political and environmental actions and decisions. To develop this research, the deductive method and the bibliographical research technique will be used. At first, the conceptualization and historicization of the term gender will be analyzed, as well as the recognition of gender equality in international documents, actions and programs. In a second moment, the role of women as drivers of sustainable development will be analyzed, especially through their participation during some of the main environmental conferences that have taken place in recent years.

Keywords: Gender Equality. Women. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Alguns acontecimentos ao longo da história, fizeram com que a sociedade e os atores sociais voltassem seus olhares e preocupações para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade. Catástrofes como a ocorrida em Hiroshima, despertou a sociedade mundial para construção de um pensamento coletivo com o objetivo de evitar que novas tragédias como está se repetissem e impulsionaram ações, programas e documentos em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade busca o equilíbrio na sociedade entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e, dessa forma, possui como pilares o desenvolvimento harmonioso e equitativo do setor econômico, social e ambiental, com o intuito de que ambos os pressupostos sejam executados e alinhados de forma igualitária, objetivando proporcionar o desenvolvimento sustentável das sociedades atuais.

Nesse sentido, o presente trabalho parte da ideia de que, para que se possa alcançar sociedades mais sustentáveis se faz necessária a participação de todos os indivíduos nos processos decisórios, sem discriminações. Assim, denota-se a necessidade de promover a igualdade de gênero e o empoderamento, para possibilitar que as mulheres também participem livre e ativamente das ações e decisões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

A divisão de papéis imposta socialmente, desde tempos remotos, oportunizou aos homens a capacidade de poder decisório, e às mulheres atuações restritas as atividades do

âmbito doméstico. E, devido a esse estigma, a promoção da igualdade de gênero tornou-se fundamental, pois a discriminação da mulher é vista como um empecilho no alcance de uma sociedade mais sustentável, bem como nos valores da justiça social. Desse modo, o problema que norteará o presente artigo é analisar de que modo a igualdade de gênero pode ser vista como um pressuposto para o desenvolvimento sustentável nas sociedades atuais?

Para desenvolver a presente pesquisa, utilizar-se-á o método dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica. Em um primeiro momento, analisar-se-á a conceituação e historicização do termo gênero, utilizando-se dos pensamentos de Simone de Beauvoir e Heleieth Saffioti, bem como o reconhecimento da igualdade de gênero em documentos internacionais, ações e programas. Em um segundo momento, o enfoque será na análise do papel da mulher enquanto impulsionadora do desenvolvimento sustentável, sobretudo, através de sua participação durante algumas das principais conferências ambientais que ocorreram nos últimos anos, bem como de projetos voltados para a promoção da sustentabilidade.

2 IGUALDADE DE GÊNERO PARA A CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES MAIS SUSTENTÁVEIS

Durante anos, a vida das mulheres foi marcada por episódios de submissão e desigualdades. Às mulheres foram anulados direitos que, atualmente, são dispostos como direitos básicos, como o direito ao voto e ao estudo.

Nesse sentido, Saffioti (1987, p. 8) destaca:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

A categoria gênero se apresenta de modo complexo pois foi elaborada e, no decorrer dos anos, apresentou distintas concepções. Trata-se de uma construção social, não sendo representado por um caráter biológico, como algo que é inerente do próprio ser humano.

Destaca-se o pensamento de Simone de Beauvoir (1967, p. 8), a fim de se compreender a acepção atual de gênero:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Desse modo, os papéis destinados às mulheres ao longo da história, marcaram as acepções de gênero. A posição de inferiorização atribuída às mulheres destinava que as mesmas seriam criadas e educadas para cuidar da casa e da família, sendo seus papéis restritos ao âmbito doméstico. Mesmo quando alguns poucos direitos começaram a ser concedidos às mulheres, como o direito à educação no ano de 1827, este era voltado para as atividades domésticas, sendo admitido que as mulheres estudassem apenas até o primeiro grau (TELLES, 1993).

Diferentemente das mulheres, aos homens não eram impostas restrições. Em relação à educação os mesmos possuíam amplo acesso às áreas de ensino, sendo possível atingir níveis superiores. Já no campo político, com poucas exceções³, podiam votar e deliberar acerca dos assuntos da sociedade.

Devido a divisão de papéis imposta a homens e mulheres, que ensejaram na desigualdade que persiste até os dias atuais, tornou-se necessária a promoção da igualdade de gênero para exaltar a necessidade e importância da participação da mulher em todas as áreas da sociedade.

A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴, e tem como finalidade de se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Ademais, busca-se garantir a participação plena e efetiva das mulheres bem como a igualdade de oportunidades para proporcionar a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Ademais, igualdade de gênero é reconhecida pela ONU Mulheres e pelo Banco Mundial como premissa fundamental no desenvolvimento humano. Desse modo, o Banco Mundial publicou, pela primeira vez, no ano de 2012, um dos seus Relatórios sobre o Desenvolvimento

³ As eleições na época do Brasil Império, dividiam-se em primeiro e segundo grau. Em primeiro grau não poderiam votar os homens com menos de 25 anos e com renda inferior a cem mil reis. Já em segundo grau a renda deveria ser superior a duzentos mil reis. Em ambos os casos, para votar a partir da Lei Saraiva, os homens deveriam saber ler e escrever. (TSE, 2005)

⁴ O desenvolvimento sustentável visa atender à necessidade da geração atual sem comprometer as gerações futuras, para que todos possam usufruir dos mesmos direitos. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Mundial, versando exclusivamente sobre a igualdade de gênero e o desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2012).

O Relatório enfatiza três dimensões que são prioritárias na igualdade de gênero, não voltadas apenas para a economia, mas demonstrando ações necessárias para reduzir a diferença entre gênero:

o acúmulo de dotações (educação, saúde e ativos físicos), o uso dessas dotações para levar oportunidades econômicas e gerar renda e a aplicação dessas dotações para tomar medidas, ou capacidade de decidir, afetando o bem-estar individual e de domicílios. Estes são aspectos da igualdade onde as insuficiências de escolhas estão refletidas nas deficiências de bem-estar. Eles têm importância em si próprios e por si próprios. Mas também estão intimamente interligadas. (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3)

No mesmo sentido, o Relatório aponta que a igualdade de gênero é importante como instrumento de desenvolvimento por apresentar uma economia inteligente, podendo aumentar a eficiência econômica através de três condutas a serem executadas:

Primeiro, removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade — ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado. Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade — onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas — provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3)

O Relatório se constitui como instrumento eficaz na direção, não apenas da população, mas dos países e instituições internacionais a refletirem e voltarem sua atenção na necessidade e importância da promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Uma das ferramentas possíveis para averiguar a igualdade de gênero é o Índice de Desenvolvimento de Gênero (Gender Development Index), desenvolvido pelo United Nations Development Programme (UNDP), que mede as disparidades entre homens e mulheres em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: saúde, a qual é medida pela expectativa de vida de homens e mulheres ao nascerem; educação, medida por anos de escolaridade feminina e masculina para crianças e para adultos de 25 anos ou mais; e comando equitativo sobre os recursos econômicos, medidos pelas rendas de homens e mulheres.

O IDG demonstra ainda o atraso das mulheres em relação aos homens e a necessidade de avanço em todas as esferas de desenvolvimento humano por parte das mulheres, mas aponta para a possibilidade de reverter o quadro. Assim, através das dimensões alcançadas pelo índice de desenvolvimento de gênero, evidencia-se que a igualdade de gênero e, conseqüentemente, a promoção da mulher em todas as áreas da sociedade são de importância fundamental para o progresso e desenvolvimento humano (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, s/d).

Embora marcadas por tratamentos desiguais ao longo da história, bem como por estatísticas que ainda apontam para uma maior inferiorização em relação aos homens, as mulheres foram e continuam sendo as próprias responsáveis pelas maiores mudanças já auferidas em relação a imposição de papéis e a submissão, mesmo com tanto há se conquistar.

Tal fato só foi possível devido as lutas travadas em prol de mudanças de paradigmas por grupos e movimentos sociais como o movimento feminista, o qual lutou pela concessão de direitos civis e políticos às mulheres. O feminismo foi responsável pelo engajamento das mulheres em outras áreas de atuação, como nos programas e ações voltados para o Meio Ambiente, impulsionados pelo movimento ecofeminista⁵.

Nesse sentido, destaca Castro e Abramovay (2005, p. 37) a importância de se pensar no desenvolvimento sustentável analisando as diferenças existentes nas formas de organização exercidas por homens e mulheres

É um fato conhecido que o discurso da conservação tem sido abordado de uma perspectiva puramente biológica, sem considerar a relação que os homens e as mulheres e suas distintas formas de organização estabelecem com o seu entorno. (...) Por outro lado, não se pode falar de conservação dos recursos naturais sem relacioná-los com as modificações em circunstâncias históricas específicas, com elementos concretos e objetivos.

Desse modo, embora ainda aquém do esperado, as mudanças e direitos conquistados pelas mulheres proporcionaram maiores condições para que as mesmas pudessem continuar lutando em prol de questões humanitárias, sociais e ambientais.

⁵ O movimento ecofeminista, desconstrói a visão tradicional de que as mulheres só possuíam papéis e atividades limitados ao ambiente doméstico, demonstrando o empoderamento e liderança das mulheres frente as questões ambientais e melhor qualidade de vida.

3 MULHERES ENQUANTO IMPULSIONADORAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A necessidade da criação e expansão do pensar de forma sustentável, a mais de quatro décadas vem impulsionando a sociedade na modificação das formas de exploração dos recursos naturais, necessidade esta que foi desencadeada pelo uso de forma arbitrária e irregular do meio ambiente. Para inúmeras indústrias, os recursos naturais representam sua principal matéria prima, sendo, portanto, em nome da expansão e do crescimento econômico, utilizadas por inúmeras vezes de forma inadequada.

E é neste sentido que o princípio da sustentabilidade objetiva o estabelecimento de um equilíbrio na sociedade, buscando equalizar o desenvolvimento econômico e as questões ambientais, sem deixar que o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais sejam suprimidos frente aos anseios econômicos e tecnológicos do ser humano.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi elaborado e mensurado no Relatório de Brundtland, em 1987, como sendo: ‘o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades’.

A partir de então, outros eventos no decorrer dos anos colocaram em pauta a temática do desenvolvimento sustentável, dentre estes, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou Rio-92, através da adoção medidas para a proteção do planeta e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento foi marcado pela participação das mulheres e tornou pública a premissa de que a inclusão das mulheres e das suas experiências e visões nos processos decisórios é fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável.

A Conferência resultou na adoção da Agenda 21, na qual ficou reservado um capítulo, especificamente o capítulo 24, que reuniu ‘‘recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU’’ (REDEH, 2002, p. 16).

Durante a Conferência, mulheres de todo o mundo discutiram os problemas vividos no planeta originando uma plataforma própria, a Agenda 21 de Ação das Mulheres, que abordou temas como militarismo, pobreza, governança, globalização, segurança alimentar, direitos reprodutivos, tecnologia, ciência, educação, direitos das mulheres e direitos da terra. Desse

modo, suas recomendações versavam sobre novas formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planejamento de uma economia sustentável. (REDEH, 2002, p.16)

A partir da manifestação das mulheres na Eco-92, restou consolidada a visão de que feminismo e a ecologia apresentam íntimas ligações, uma vez que ambos propunham profundas mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social.

Após a Eco-92, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Rio+10, trouxe para o movimento feminista o desafio de revisar e reorganizar a Agenda 21 das Mulheres, devido as estatísticas que demonstraram que a vida das mulheres não havia apresentado mudanças significativas, sendo necessário resgatar valores e propostas instauradas na Agenda 21. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005)

Nesse sentido, a Organização não-governamental WEDO (Women, Environment and Development Organization)⁶ e a organização não-governamental brasileira REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano)⁷ buscaram resgatar a estratégia que gerou esse movimento, estabelecendo uma proposta de uma nova versão da Agenda 21 de Ação das Mulheres 2002, cujos objetivos principais seriam estabelecer interfaces entre as diferentes temáticas e estimular convergência na ação política, a partir da revisão do documento e da instauração de novas experiências e temas relevantes para as mulheres. Essa nova agenda estabeleceu o fortalecimento das mulheres e a importância das mesmas para a sociedade, como sujeitos de cidadania.

Assim, a atuação das mulheres em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável é responsável pela instituição de programas e documentos em comum, que estabelecem medidas e resgatam valores que visam o fortalecimento da mulher e da Natureza em conjunto.

No ano de 2011 foi criada no Brasil, por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, que surgiu com o intuito de estimular ações de sustentabilidade por meio de mulheres que atuam na liderança de instituições públicas e privadas (BRASIL, 2013).

⁶ A organização é formada por ativistas e lideranças de vários países do Terceiro Mundo. Cobra de órgãos internacionais ações com o intuito de executar políticas que resultem no melhoramento da situação das mulheres nos programas de desenvolvimento. (SILIPRANDI, 2000)

⁷ A REDEH é uma ONG com sede no Rio de Janeiro, criada em 1987, que atua com ênfase na discussão dos mecanismos de controle da reprodução humana. (SILIPRANDI, 2000)

Já em 2013, a instituição realizou o I Encontro da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, em Brasília, e contou com a presença de 120 mulheres líderes e executivas dos setores públicos e privados para debater o tema “Sustentar ideais – os desafios da ação e da comunicação em rede”. (BRASIL, 2013)

Dentre os assuntos debatidos retratou-se a importância da aquisição de espaço pelas mulheres na cultura e no esporte; a dificuldade de se existir um país sustentável a partir dos altos níveis de violência contra mulheres não apenas no âmbito familiar mas no trabalho; e, ainda reiteração de um olhar para as metas estabelecidas na Plataforma 20, documento que norteia a rede de mulheres com diretrizes para o empoderamento da mulher, o empreendedorismo verde, negócios sustentáveis e para a comunicação do consumo consciente.

Cumprе ressaltar ainda, que no ano anterior, 2012, movimentos e organizações de mulheres do Brasil e países do sul, se reuniram durante a Cúpula dos Povos, para fortalecer a luta que, vinte anos antes, ganhara destaque naquela mesma localidade. Foi desse modo, que o Território Global das Mulheres de 2012, revisitou o Planeta Fêmea de 1992, a fim de atualizar os vinte anos de lutas e discussões travadas pelas mulheres em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

A tentativa de encurtar a distância existente entre as agendas do movimento ambientalista e o movimento feminista esteve presente em diversas pautas e debates realizados pelas mulheres, com ênfase nas mobilizações de 1992 e de 2012. As mobilizações ocorridas em 1992, a partir da Cúpula da Terra, foram fundamentais para o desenvolvimento de ações e projetos para reconhecer, primeiro, a importância da igualdade de gênero para o alcance do desenvolvimento sustentável, mas, também, reconhecer como as mulheres estavam sendo atingidas pela destruição dos recursos naturais, das mudanças climáticas e dos demais problemas ambientais que vêm ocorrendo ao longo dos anos.

E, para que ações, como as já mencionadas, se tornem cada vez mais possíveis e efetivas na sociedade, necessário se faz a promoção da igualdade de gênero, pois a discriminação da mulher é tida como um empecilho no alcance de uma sociedade mais sustentável e nos valores da justiça social. Desse modo, a igualdade de gênero pode ser vista como pilar no incentivo e impulsionamento das mulheres na conquista por uma participação ativa na vida social, bem como de ações voltadas para a saúde, educação, meio ambiente, economia e para o fortalecimento das próprias mulheres.

Nas palavras proferidas pelas Ministras da Mulher e autoridades dos mecanismos para o avanço das mulheres da América Latina e do Caribe, durante a inauguração da 62ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher, em janeiro de 2022:

A autonomia das mulheres, a igualdade de gênero e a construção de uma sociedade do cuidado são uma condição, um caminho e um catalisador para o desenvolvimento sustentável. (CEPAL, 2022)

Assim, engajamento das mulheres nas ações em prol do desenvolvimento sustentável demonstra a força da mulher, após anos de lutas e reivindicações com o intuito de ocupar espaços decisórios na sociedade. Com a participação ativa das mulheres na Eco-92, se reconheceu, desde então, sua imprescindibilidade em debates e ações por um país mais sustentável, bem como a necessidade, por parte dos países e organizações governamentais, de criar ações e políticas que atuem de forma assídua na promoção da igualdade de gênero, a fim de que as mulheres consigam, plenamente e sem discriminações, atuar em prol da sociedade e do meio ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preceitos de sustentabilidade vêm sendo construídos e gradativamente implementados no contexto social há mais de quatro décadas. O princípio da sustentabilidade objetiva edificar nas sociedades um equilíbrio entre o crescimento e desenvolvimento econômico e a preservação e conservação dos recursos naturais para que as presentes e futuras gerações possam ter o acesso ao meio ambiente natural e saudável, buscando possibilitar uma harmonia entre os setores sociais, econômicos e ambientais.

A construção e promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres está em constante edificação na sociedade. A luta pelo reconhecimento de direitos e do espaço feminino no meio social, tornou-se uma preocupação de caráter internacional devido a necessidade da eliminação de todas as formas de discriminações e inferiorização da mulher em seu entorno social.

A necessidade do alcance e efetivação da igualdade entre homens e mulheres, está cada vez mais presente na sociedade, visto que mulheres, em todo o mundo, ainda sofrem com episódios de inferiorização, marcadas das mais diversas formas e nos mais distintos setores, seja por desigualdades de remuneração, por violência doméstica e familiar, pela falta de

garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras inúmeras formas que, diariamente, atingem a vida de mulheres e meninas, ligadas diretamente à questão de gênero.

Ressalta-se que o estabelecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres está intimamente relacionado com o desenvolvimento sustentável. A importância da atuação da mulher para o desenvolvimento sustentável não é mais um tema somente teórico que fomenta debates intelectuais, pois além de ganhar visibilidade pela comunidade internacional, vem promovendo a união de mulheres por todo o mundo, estabelecendo a conscientização do seu papel fundamental para a expansão e concretização do desenvolvimento sustentável, fato este que impulsiona as atuais Convenções e Conferências oficiais sobre o desenvolvimento sustentável a incluir a participação ativa das mulheres na produção e execução dos ideais sustentáveis.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável somente se efetivará nos diferentes contextos sociais, quando houver a efetiva inclusão e participação das mulheres nas sociedades, de forma que consigam alcançar direitos e deveres que lhes devem ser reconhecido de igual forma que os são para os homens, pois, a participação da mulher em processos decisórios é de fundamental importância para a concretização da democracia e por um maior equilíbrio nos assuntos de ordem social, econômica, política e ambiental.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012**. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. 2012.

BEAUVIOR, Simone de. *O Segundo Sexo II – a experiência vivida*. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mulheres em prol da Sustentabilidade**. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/9289-mulheres-em-prol-da-sustentabilidade>. Acesso em 10 nov. 2021.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **A evolução do sistema eleitoral Brasileiro**. 2005. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

CASTRO, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. *Gênero e Meio Ambiente*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 2.ed. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001120/112083por.pdf>. Acesso em 10 nov. 2021.

CEPAL. **A autonomia das mulheres, a igualdade de gênero e a construção de uma sociedade do cuidado são uma condição, um caminho e um catalisador para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/autonomia-mulheres-igualdade-genero-construcao-sociedade-cuidado-sao-condicao-caminho>. Acesso em 07 de outubro de 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Igualdade de Gênero.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ods5/>. Acesso em 14 de maio de 2018.

Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH. **Relatório da Reunião de Consulta.** Estratégia das Mulheres pela Rio+10, Agenda 21 de Ação das Mulheres pela paz e por um planeta saudável. 2002.

Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH. Relatório da Reunião de Consulta. Estratégia das Mulheres pela Rio+10, Agenda 21 de Ação das Mulheres pela paz e por um planeta saudável. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SILIPRANDI, Emma. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar. 2000. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. (UNDP). **Gender Development Index (GDI)**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/gender-development-index-gdi>. Acesso em 10 nov. 2021.

Submetido em 09.10.2022

Aceito em 18.10.2022